

Oficina Dados Abertos Governamentais: Governo e Sociedade

Relatório

**World Wide Web Consortium (W3C)
Escritório Brasil,**

São Paulo, 26 de abril de 2011.

Sumário

1. Sumário Executivo.....	3
2. Programa.....	4
3. Apresentações e debates iniciais.....	6
4. Agenda de dados abertos governamentais – conteúdos potenciais, dificuldades e estratégias.....	9
5. Entidades e pessoas a envolver.....	13
6. Constituição de grupo de trabalho e próximos passos.....	15
7. Anexos.....	18

1. Sumário Executivo

Este documento apresenta um relatório da oficina promovida pelo Escritório Brasil do World Wide Web Consortium (W3C), buscando estabelecer uma iniciativa de cooperação entre sociedade civil e governo para a promoção dos dados abertos governamentais no Brasil.

A oficina contou com o apoio do Comitê Gestor da Internet do Brasil (CGI.br), e se realizou em suas dependências, no dia 26 de abril de 2011.

A oficina teve a presença de cerca de trinta pessoas, entre representantes de entidades da sociedade civil e de órgãos dos governos federal e do governo do Estado de São Paulo, além de especialistas em dados abertos governamentais e pesquisadores.

Os *objetivos da oficina* foram:

1. Apresentar e discutir o conceito de dados abertos governamentais, os casos nacionais internacionais de engajamento da sociedade e o impacto social do uso dos dados abertos.
2. Iniciar uma articulação em torno de uma agenda de dados abertos governamentais demandados pela sociedade civil, para orientar as iniciativas governamentais e da sociedade.

Os objetivos foram atingidos e a reunião resultou, como proposto, em uma articulação das entidades representadas em um grupo de trabalho para atuar na construção de uma agenda de dados abertos governamentais e sua implantação. Foram identificadas novas organizações serão convidadas a juntarem-se ao esforço.

A reunião também produziu uma versão preliminar de uma *agenda de dados abertos governamentais* necessários para subsidiar a atuação das organizações da sociedade civil.

A oficina foi coordenada por Vagner Diniz, Gerente do Escritório Brasil do W3C, e teve apoio da equipe do W3C e do CGI.br. O moderador foi José Carlos Vaz, da EACH-USP, auxiliado na relatoria por Manuella Maia Ribeiro e Ricardo Matheus, pesquisadores da temática.

2. Programa

A reunião foi dividida nas seguintes atividades:

- Abertura
 - Boas vindas e abertura oficial: Harmut Glaser, do CGI.br
 - Apresentação do programa e objetivos da oficina, dos participantes e suas expectativas
- Apresentação sobre o conceito de dados abertos governamentais;
- Rodada de apresentações sobre iniciativas dos governos e sociedade civil sobre dados abertos governamentais;
- Mapeamento de demandas por dados abertos governamentais, dificuldades e estratégias;
- Estabelecimento de articulação das entidades representadas para continuidade dos trabalhos.
- Encaminhamentos finais e definição sobre encontros futuros.

3. Abertura e expectativas dos participantes

Harmut Glaser, Diretor Executivo do Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br) fez a fala de abertura, lembrando que o CGI.br tem como objetivo coordenar e integrar todas as iniciativas de serviços Internet no país, promovendo a qualidade técnica, a inovação e a disseminação dos serviços ofertados. Uma das principais características deste é ser um órgão *multi-stakeholder*, pois agrega em sua composição representantes de governos, empresas, academia e sociedade civil, sendo um dos pilares básicos do CGI.br a participação dos interessados em todas as suas discussões.

O CGI.br é formado por vários grupos de trabalhos para discutir sobre a governança da internet, entre eles: segurança da Internet; perfil do usuário; impacto da internet; medição da qualidade da internet; novos projetos e novas tecnologias. Com a entrada do *World Wide Web Consortium* (W3C) no Brasil, o CGI.br ofereceu o espaço físico para esta entidade, que tem entre seus objetivos trabalhar com o conceito de acessibilidade e software aberto. O W3C Brasil tem entre seus principais projetos o tema de dados abertos governamentais. O representante da W3C Brasil, Vagner Diniz, acrescentou que as discussões sobre dados abertos governamentais são abertas a todos, inclusive a sociedade civil.

Os participantes apresentaram suas expectativas para a reunião, dentre as quais pode-se destacar:

- Uma agenda concreta para os dados governamentais no Brasil;
- Ações concretas e práticas para que os governos disponibilizem os dados que a sociedade civil necessita;

- Um grupo de trabalho que possa complementar o grupo existente no Governo Federal;
- Agregar e disseminar as discussões na reunião no ambiente de trabalho nos governos;
- Criação de um ecossistema entre as pessoas;
- Acesso e uso de indicadores sociais, especialmente os de controle social de orçamento público;
- Discutir sobre como conseguir uma efetiva transparência dos dados públicos;
- Acompanhar o debate sobre dados abertos governamentais;
- Levar a discussão sobre dados abertos governamentais para organizações e parceiros das organizações;
- Coletar subsídios para projeto de curso de mestrado sobre transparência e inteligibilidade dos dados;
- Discutir sobre como garantir o exercício pleno da liberdade de informação;
- Respostas para como melhorar o acesso aos dados públicos de saúde pública;
- Respostas para como disponibilizar pesquisas científicas realizadas através de financiamento público;
- Construção de um diálogo entre governo e sociedade civil.

3. Apresentações e debates iniciais

3.1 Nivelamento sobre Dados Abertos Governamentais

Como a reunião era composta não só por especialistas em dados abertos, mas também por organizações da sociedade civil não diretamente envolvida com o tema, as discussões iniciaram-se com uma apresentação que teve como objetivo deixar todos devidamente informados sobre o que são os dados abertos governamentais, feita por Vagner Diniz (veja Anexo 2), que destacou, entre outros tópicos:

- O Estado da arte dos dados governamentais no Brasil são os formatos proprietários e legíveis por humanos.
- Os governos possuem inúmeros dados e informações, mas nem sempre estes dados estão disponíveis para a sociedade.
- A idéia dos dados abertos governamentais implica a publicação de informações e dados governamentais na internet em determinados formatos abertos, de acordo com as três leis de David Eaves e os oito princípios dos dados abertos governamentais.

3.2 Experiências da sociedade civil com dados abertos governamentais

A segunda parte de apresentações teve como objetivo mostrar as ações da sociedade civil com o uso de dados e informações públicas, especialmente relacionadas aos dados abertos. Pedro Markun, da Esfera e Comunidade Thacker, apresentou a comunidade Thacker (Transparência Hacker) que possui 450 membros. O objetivo da comunidade é ser um espaço para que desenvolvedores web, jornalistas, designers, gestores públicos e outros indivíduos dos mais diferentes perfis proponham e articulem ideias e projetos que utilizem a tecnologia para fins de interesse da sociedade, especialmente trabalhando com dados abertos. A primeira iniciativa da comunidade foi o Transparência Hack Day (Thackday) em 2009, um dia para desenvolvimento de aplicativos pela sociedade civil a partir dos dados públicos.

Os governos possuem massas grandes de informações em que há dificuldades de simplificar sem que haja perda de olhares. Markun entende que os portais de transparência, como o da CGU, nunca vão ser amigáveis o suficiente, pois são feitas escolhas para simplificar o conteúdo. Assim, a abertura dos dados brutos do governo permite que a sociedade civil utilize esses dados como desejarem e permite criar aplicativos com os mais diversos olhares sobre as informações públicas. Para Markun os dados públicos já deveriam ser fornecidos de modo aberto, pois facilitaria a criação de mais aplicativos pela sociedade civil. Uma das questões apresentadas foi como criar um modelo de disponibilização de dados públicos em que as organizações da sociedade civil realmente tenham acesso à informação pública.

A apresentação de Thiago Rondon, ativista digital do OpenDataBr partiu do pressuposto que não é mais possível interpretar sozinho todos os dados disponíveis, portanto, uma das possibilidades para garantir essa interpretação é a união entre desenvolvedores e cientistas sociais, por exemplo. Entre os projetos do grupo, está o “Para onde foi meu dinheiro?”. Este projeto foi criado para dispor onde estão os

investimentos do Governo Federal, por exemplo, encargos especiais, educação, saúde, trabalhos entre outros, a partir dos dados do Portal da Transparência da Controladoria Geral da União (CGU). Ainda há dificuldades em atualizar os dados a partir do Portal do governo, mas ao mesmo tempo há uma parceria entre a CGU e este grupo para a criação deste aplicativo.

3.3 Apresentação de iniciativas sobre dados abertos governamentais (governo federal e estadual de S. Paulo)

As apresentações de iniciativas governamentais abrangeram dois projetos: o Governo Aberto SP, do Governo do Estado de São Paulo e a Infra-estrutura Nacional de Dados Abertos (INDA), do Governo Federal.

Alvaro Gregório apresentou o histórico do projeto paulista (**Governo Aberto SP**), que surgiu primeiro a partir da inspiração de iniciativas do governo dos EUA. Para sua implementação foram necessárias muitas discussões para convencer o próprio governo da importância dos dados abertos governamentais, além de pedir ajuda de organizações da sociedade civil como a comunidade Thacker para ajudar na criação desse site e pressionar o poder público de sua importância. Em 2009 foi estabelecido o decreto que criou o Portal Governo Aberto SP, que foi fechado uma semana depois de sua abertura. Com a mudança de governo e com a ajuda de organizações como a Comunidade Thacker e o W3C houve uma pressão pela reabertura do Portal. No Campus Party deste ano, o governador Geraldo Alckmin lançou o projeto, que foi oficialmente reaberto em fevereiro. Atualmente possui 37 bases de dados com expectativas de nos próximos dois meses serem adicionados os dados econômicos e de segurança pública.

Nitai Bezerra da Silva apresentou o Projeto **Infra-estrutura Nacional de Dados Abertos (INDA)**, que vem sendo trabalhado há quase um ano pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI) do Ministério do Planejamento. A INDA está trabalhando com normativos para o Governo Federal a partir de quatro Grupos de Trabalho com participantes do governo e da sociedade. Os dados abertos estão sendo trabalhados a partir do seguinte tripé: transparência, colaboração e participação. Um dos pilotos provenientes do projeto é o SICAF, informações do governo sobre dados de fornecedores e unidades cadastradoras (órgãos do governo). Os dados são provenientes de uma parte do ComprasNet, que é o SICAF. A previsão de lançamento dos dados do SICAF em formato aberto é para maio deste ano.

As principais reações e discussões ocorridas durante esta primeira parte de apresentações estão sumarizadas abaixo:

- ⤴ As leis de dados abertos não se restringem exclusivamente aos dados governamentais, mas também podem ser utilizadas por empresas privadas, organismos internacionais e organizações não-governamentais. Entre os exemplos que já utilizam Fiat, Nike e Banco Mundial.
- ⤴ Se o dado público que depende de aprovação do governo continua sendo um dado aberto. Foi um consenso entre os participantes que se depende de alguma aprovação ou possui restrições de grupos de pessoas quanto ao acesso não se constitui um dado aberto porque viola o princípio dos dados não-discriminatórios.

- △ Parceria entre órgãos do Poder Público para adoção dos dados abertos. A CGU recebe auxílio do Tribunal de Contas dos Municípios do Ceará, que já disponibiliza algumas informações em dados abertos, para disponibilizarem seus dados neste formato.
- △ Se a inteligibilidade dos dados pelo cidadão comum também não deveria ser destacada nos princípios dos dados abertos. Essa foi uma das pautas que mais gerou discussão e foi apresentada pela Professora Gisele Craveiro, do GPOPAI (EACH-USP). Para Pedro Markun, o cidadão que não entende de tecnologia de informação realmente não é abrangido pela definição de dados abertos e nem deve ser. Os dados deveriam ser mais brutos quanto for possível e que a sociedade que dará os mais diferentes olhares sobre esses dados. Para ele, em primeiro lugar os governos devem disponibilizar os dados abertos e se quiserem e puderem após essa etapa criar interpretações ou aplicativos para facilitarem o entendimento pelos cidadãos desses dados, contudo, em primeiro lugar essas informações devem ser possíveis de ser acessada em seu estado mais primário de acordo com os princípios dos dados abertos. Quanto as respostas ao comentário de Pedro Markun, Gisele Craveiro considera importante a base de dados públicos em formato aberto, mas que deveria ser trabalhada a temática da base ao topo – dos dados inteligíveis por máquinas até o cidadão comum – defendendo a existência de ambas as linguagens, ou seja, para cidadãos e desenvolvedores. Como solução para facilitar o entendimento do cidadão comum ela propõe a idéia de uma wiki, por exemplo, para explicar o conteúdo dos dados públicos. Edson Sales do Portal do Cidadão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo concorda que as informações devem ser apresentadas de dois jeitos: uma com o máximo de granularidade para os desenvolvedores e outra que possua análises dos próprios auditores governamentais para os cidadãos. Hesley da Silva do IBGE apresentou a divisão entre metadados semânticos (que auxiliam o usuário) e estruturais (que auxiliam as máquinas). Pare ele, por vezes os governos têm que disponibilizar uma qualidade reduzida da informação mesmo sabendo que não é ideal, mas que já servem para disponibilizar uma boa parte dos dados para a sociedade, por exemplo, divulgar dados sem criticá-los. Para Rodrigo de Paula, da CGU, os governos não conseguem atender a todas visões possíveis, mas grupos da sociedade podem expor suas visões a outros grupos sem a necessidade de se abrir mão de uma informação mais facilitada para o cidadão criada pelo governo.
- △ Outra questão apresentada foi a de Rodrigo de Paula da CGU: Uma vez que o governo disponibiliza os dados abertos, quem o utiliza tem uma responsabilidade muito grande (pode ocorrer interpretações erradas ou erros de documentos, por exemplo). Como o governo pode validar os aplicativos criados a partir dos dados abertos? Existe esta relação prevista?
- △ A estratégia de publicação de dados pontuais, como por exemplo, os dados do IBGE, e dados contínuos, como o Portal de Transparência, devem ser diferenciadas? Essa foi a questão apresentada por Renata Levy, da FSP-USP.
- △ Rafael Pacheco, da Dataprev, apresentou um incomodo com os dados primários, que estão nos oitos princípios. O que fazer quando não é possível, por motivos tecnológicos ou de sigilo, apresentar os dados primários? Carlinhos Cecconi responde que eles devem ser apresentados o mais granulado, sem modificação ou agregação possível.

- △ Vagner Diniz, do W3C Brasil, ressaltou a importância das informações serem úteis para a sociedade para que os dados sejam reutilizados. Assim, ele questiona: quais são os dados importantes para a sociedade?
- △ Daniela Silva, da comunidade Thacker, abordou que muitos desenvolvedores fazem robôs por hobby, e o papel da comunidade Thacker é juntar esses desenvolvedores com os ativistas. Entretanto, eles perceberam que é muito mais fácil “politizar” os desenvolvedores do que “tecnologizar” os ativistas.

4. Agenda de dados abertos governamentais – conteúdos potenciais, dificuldades e estratégias

A segunda parte da oficina teve como objetivo mapear as possibilidades, dificuldades e estratégias para a formulação e implementação de uma agenda de dados abertos governamentais.

Os participantes foram organizados em diferentes grupos para responderem as seguintes questões:

- 1) Quais são as demandas prioritárias de informação que poderiam ser supridas pela oferta de dados abertos governamentais?
- 2) Quais são as principais dificuldades para a oferta desses dados em formato aberto?
- 3) Como superar as dificuldades?
- 4) Quem podemos convidar para participar das discussões futuras?

As respostas a essas perguntas apresentadas pelos três grupos criados para discuti-las estão relacionadas nos tópicos abaixo.

4.1 Demandas por dados abertos

Os grupos apresentaram uma série de demandas por dados públicos, principalmente relacionados com as áreas que atuam. São relacionados tanto dados já existentes, mas que apresentam problemas quanto ao seu uso pleno, quanto dados que não são divulgados pelos governos.

As principais informações demandadas foram:

As informações demandadas puderam ser divididas em **informações gerais**, que englobam determinadas informações de modo global sobre determinado tema como educação, trânsito, saúde, entre outros; **informações específicas**, que englobam informações sobre base de dados ou dados governamentais ou órgãos específicos como, por exemplo, dados do censo escolar e dados da prova Brasil; e, **outras demandas**, que englobam as demais.

1) Informações gerais

- Dados sobre educação
- Dados sobre os eventos da Copa e Olimpíadas no Brasil
- Dados de sistema de transporte e trânsito (ex.: acidentes de trânsito)
- Bases de dados das pesquisas científicas financiados com recursos públicos
- Dados de desempenho do Legislativo e Judiciário
- Dados de geolocalização dos municípios brasileiros
- Dados sobre riscos de defesa civil/desastres naturais

2) Informações específicas

- Base de dados da Receita Federal (fornecedores)
- Dados do SICAF (Planejamento)
- Microdados da prova Brasil de 2009
- Pesquisa origem e destino da CPTM
- Dados do Programa Nacional de Alimentação Escolar
- Base de dados de denúncias como o Disque 100 (Direitos Humanos)
- Dados sobre projetos financiados com fundos públicos como o Fundo da Criança e do Adolescente
- Microdados Vigitel (Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico)
- Base de dados dos programas operados pela Caixa Econômica Federal
- Dados do Censo Escolar

3) Outras demandas

- △ Interoperabilidade das bases de dados do sistema jurídico-penal
- △ Apresentar o último nível de detalhamento do Portal da Transparência, especialmente em XML, pois não estão fazendo em CSV

Cabe ressaltar que a maior parte da demanda por informações se refere à serviços públicos, especialmente nas demandas do Grupo 2, mais do que informações referentes aos gastos públicos. Os participantes destacaram que este é o campo onde mais avanços são necessários

Também foram apresentados dados já apresentados pelos governos como o Censo Escolar, mas que poderiam ser apresentados com maior integralidade ou em formato aberto para garantir seu uso pelos interessados. Enquanto, outros dados nem sequer são conseguidos como o número e endereço de todas as escolas do Brasil, que segundo Daniela Silva da Comunidade Thacker, exigiria buscar em todas as Secretarias municipais e estaduais de Educação, pois o Ministério da Educação não possui uma lista completa de todas as escolas.

Outra questão apontada nessa discussão foi a necessidade de identificar um método para identificar as demandas. Entre as soluções apontadas para coletar estas demandas são parcerias com universidades e telecentros.

4.2. Dificuldades

A segunda questão promoveu o debate sobre quais são as dificuldades para ofertar esses dados em formato aberto. Após a discussão as dificuldades foram divididas em seis tipos:

- 1) Riscos e dificuldades políticos institucionais;
- 2) Estruturação dos governos para apresentar os dados em formato aberto;
- 3) Organizações da sociedade civil pouco preparadas para lidar com dados abertos;
- 4) Processos de fornecimento dos dados não são claros para a sociedade (ciclo de vida);
- 5) Risco de não conseguir atender demandas de acessos a dados volumosos (inviabilidade técnica de manter no ar);
- 6) Problemas específicos.

O primeiro grupo de dificuldades se refere aos riscos e dificuldades político-institucionais para a abertura dos dados abertos como o risco de descontinuidade de iniciativas governamentais; Dificuldades políticas como depender de aprovação para disponibilizar dados públicos; proteção de dados sigilosos; restrições da lei de direito autoral sobre dados; entre outros. Assim, ainda há dificuldades políticas, pois a disponibilização dos dados abertos depende de autorização do Poder Público competente e, por vezes, de vontade política para que o projeto siga em frente; e legais, pois ainda não há uma legislação ou normas sobre dados abertos definidas e também entram em conflito com outras questões como os dados sigilosos e os direitos autorais.

Outra dificuldade apontada foi a capacidade dos governos para disponibilizar dados abertos, pois enfrentam problemas como falta de capacitação dos servidores; falta de atualização dos dados; dados em formato proprietário como PDF, que não são compreensíveis por computador; dificuldade para acesso a dados abertos dentro do próprio governo; limitações de pessoal nos órgãos para lidar com dados abertos. Foi apontado que há problemas internos nos próprios governos para se estruturarem e garantirem a disponibilização dos dados em formato aberto que podem ser divididos em problemas técnicos e organizacionais, ou seja, problemas relacionados ao uso da tecnologia para garantir os dados abertos como a falta de servidores capacitados e quanto ao uso, existência e atualização das informações públicas.

As organizações da sociedade civil também foram citadas como uma das dificuldades por desconhecer da existência dos dados públicos e da temática de dados abertos e a dificuldade da sociedade em compreender o funcionamento do governo e os processos que geram dados. Portanto, foi colocado nas discussões que a sociedade também tem dificuldades em compreender as possibilidades de uso dos dados abertos.

Outras dificuldades encontradas nos governos são: os processos de fornecimento dos dados não serem claros para a sociedade (ciclo de vida) como, por exemplo, dificuldades de obter validação e resposta dos microdados da prova Brasil; e, o risco de não conseguir atender demandas de acessos a dados volumosos (inviabilidade técnica de manter no ar) para garantir que sejam possíveis de serem usados e reutilizados. Em problemas específicos foi apresentada a dificuldade de apresentação em formato aberto de alguns dados do Portal da Transparência.

4.3. Estratégias para superar as dificuldades

As respostas para superar as dificuldades buscaram sugerir estratégias para promover o uso dos dados abertos pelos governos e sociedade. Fez-se uma categorização das estratégias para facilitar sua realização e atendimento dos objetivos: a) Ações políticas; b) Ações técnicas de nível macro; e, c) Ações específicas:

a) Ações políticas

Em um primeiro nível, apareceram estratégias voltadas ao aumento do envolvimento das organizações da sociedade com os dados governamentais abertos:

- Criação de instrumentos para os governos coletarem e interpretarem adequadamente as demandas da sociedade, garantindo os dados em formato aberto que os cidadãos necessitam.
- Segmentar os dados para facilitar o acesso aos dados pelos cidadãos como, por exemplo, em dados locais e dados nacionais.
- Apostar em dados úteis para nichos como a Juventude também foi uma das soluções apontadas, pois garantiriam o interesse de diversos públicos por determinados dados abertos para o seu uso e reuso.
- Mecanismos de estímulo à utilização de dados abertos como promoção de iniciativas do tipo "desafios aos desenvolvedores" em que a própria W3C poderia ajudar na construção e patrocínio destes desafios.
- Pensar modelos de negócio para estimular a utilização dos dados abertos tal qual já foi trabalhada na questão do software público.
- Articular uma estratégia para que as propostas sobre dados abertos sejam aprovadas na Conferência Nacional de Transparência, Participação e Controle Social, em que sejam pensados eventos e/ou atividades especiais por este grupo para propor para a conferência.

No nível governamental, também surgiram propostas de ações políticas:

- Mecanismos de envolvimento dos estados e municípios.
- Identificar benefícios gerados para o governo como instrumento para convencimentos dos dirigentes públicos sobre a importância dos dados abertos.
- Tratar dados abertos não como ferramenta, mas como princípio para as políticas públicas (como é tratada na questão de sustentabilidade, por exemplo):
 - Instrumentos legais para induzir à disponibilização de dados abertos como marcos legais (Lei de Acesso à Informação e Lei de Direito Autoral), além de mobilização da sociedade para a instituição desses marcos legais e instrumentos internos ao governo como decretos e portarias que sirvam para amparar os técnicos,
 - Inclusão de disseminação de dados abertos nos planos de trabalho e nas metas das organizações e dos servidores;

b) Ações técnicas de nível macro

- △ Promover a utilização efetiva dos padrões abertos através de iniciativas como o *e-ping*, que padronizou questões de interoperabilidade.
- △ Existência de um vocabulário controlado de assuntos do governo também poderia ser útil para melhorar a compreensão sobre os processos dos governos.
- △ Implantar um sistema de ranqueamento ou certificação (ou modelo de maturidade) das iniciativas de dados abertos
- △ Mecanismos de rastreabilidade das demandas de dados abertos governamentais e responsabilização dos agentes públicos

5. Entidades e pessoas a envolver

Os participantes sugeriram a inclusão de outras entidades ou pessoas no processo de discussão ou no próprio GT em constituição:

Poder Executivo Federal

- INEP
- Receita Federal
- Datasus
- Caixa Econômica Federal (Angela Baylo)
- COI - DadosGov
- 4CMBR

Poder Legislativo

- João Lima do LEXML (Prodasen)

- Interlegis

TI Controle (grupo que reúne a área de TI dos órgãos de controle)

Poder Judiciário

- Conselho Nacional de Justiça

Imprensa

- Jornalistas - usuários de dados

Ministério Público (federal e dos estados)

Organizações da sociedade civil

- Entidades empresariais
- Sindicatos
- Grupos da Sociedade Civil que estão trabalhando com indicadores
- Rede Brasileira por Cidades Justas e Sustentáveis
- IDEC
- Movimentos sociais

Representantes de níveis subnacionais de governo

- Associações de Municípios
- Cepam

Agências de fomento à pesquisa

6. Constituição de grupo de trabalho e próximos passos

Após o debate sobre a agenda para ampliação dos dados abertos governamentais, os participantes debateram a continuidade do trabalho envolvendo as organizações presentes de maneira articulada.

Assim, deliberou-se a constituição de um grupo de trabalho aberto, tendo como objetivo principal fomentar o uso dos dados abertos governamentais de forma colaborativa entre governos e organizações da sociedade.

O grupo de trabalho não se pretende como um grupo executor. Ao promover a articulação entre organizações governamentais e organizações da sociedade, o grupo de trabalho tem como objetivo apresenta-se como um espaço de construção de acordos entre as partes interessadas, garantindo que as articulações governo-sociedade fundamentem-se em demandas claramente definidas e processos de implementação acordados mutuamente.

Não se pretende que as ações dependam do grupo de trabalho para serem levadas adiante. Ao contrário, uma vez que duas ou mais organizações decidam levar adianta uma data iniciativa, não haverá necessidade de reportarem-se ou de alguma maneira ligarem a implementação ao planejamento do grupo de trabalho. O funcionamento deste grupo de trabalho não pode retirar a autonomia das organizações envolvidas.

Os participantes discutiram também sobre tomar como um dos objetivos do grupo ampliar a adesão das iniciativas governamentais aos oito princípios dos dados abertos governamentais. De um lado, tem-se o interesse e a demanda, especialmente da parte dos grupos de ativistas dos dados abertos na sociedade civil, para que as iniciativas governamentais comprometam-se com a observação dos oito princípios. De outra, a ponderação, por parte de representantes governamentais, de que, em algumas situações, podem existir dificuldades para implementar iniciativas que atendam de imediato e plenamente os oito princípios dos dados abertos governamentais. Considerada esta ponderação, todos colocaram-se de acordo que a ampliação da adesão das iniciativas governamentais aos oito princípios dos dados abertos governamentais deve ser uma diretriz geral para a atuação do grupo, sempre levando em conta que não é possível materializar esse estado de maneira imediata.

6.1 Objetivos do grupo de trabalho para 2011

Para o ano de 2011, os participantes estabeleceram um conjunto de objetivos que pretendem alcançar em 2011.

O objetivo central para 2011 é induzir a realização de acordos entre entidades da sociedade civil e governamentais para gerar produtos concretos ou projetos-piloto.

Em termos de ações políticas, os participantes consideraram como um objetivo central incidir na CONSOCIAL e nas atividades preparatórias, tanto em nível nacional como em nível subnacional. Essa atuação deverá orientar-se para a demanda e articulação da implementação de mecanismos concretos de dados abertos nos vários níveis da federação. A Lei das Informações Públicas em deliberação no congresso deve ser tratada como um dos motes dos debates da conferência e dos eventos preparatórios.

Articuladamente às ações voltadas à CONSOCIAL, o grupo deverá implementar uma campanha ou uma série de atividades de comunicação.

Do ponto de vista das ações técnicas, os participantes consideraram um objetivo para 2011 criar grupo para dar suporte técnico à abertura de dados, ofertando apoio a órgãos públicos e trabalhando na capacitação da sociedade civil. Uma primeira ação já está sendo realizada: uma cartilha voltada para organizações da sociedade civil.

Os participantes também pretendem ter disponível um mapeamento abrangente de demandas, aprofundando o levantamento realizado durante a oficina. O Thackday irá montar um mapa *on line* de demandas públicas no CONSEGI, inclusive registrando casos em que a solicitação de abertura de dados foi negada.

Um outro objetivo para 2011 é criar um ranking de iniciativas de abertura de dados governamentais, utilizando os oito princípios como referência e buscando valorizar as iniciativas existentes.

6.2 Agenda de trabalho (próxima reunião)

Na próxima reunião do grupo, a ser convocada pelo Escritório Brasil do W3C, pretende-se contar com as organizações participantes desta oficina, e também com novos atores que serão incorporados, a partir das indicações acima.

A agenda da reunião deverá tratar do detalhamento e das estratégias para atingir os objetivos levantados para 2011. Algumas ações já deverão ter sido encaminhadas pelos interessados até a data da reunião. Nesse caso, na reunião esses avanços serão compartilhados entre os representantes das várias organizações.

A reunião deverá ser organizada em dois blocos: plenária e subgrupos por tema/tarefa, levando em conta:

- Aspectos políticos e comunicação
- Aspectos técnicos macro
- Aspectos específicos de iniciativas

Os subgrupos deverão concentrar-se em propor ações concretas e encaminhamentos, dentro dos temas selecionados.

A síntese dos encaminhamentos pode ser vista na figura abaixo:



7. Anexos

Anexo 1 - Lista de participantes da oficina

NOME	ORGANIZAÇÃO
Daniela Silva	Comunidade Thacker
Vagner Diniz	W3C Brasil
Josmar Ap. Martinho dos Santos	Tribunal de Contas do Estado de São Paulo
Rodrigo Santos de Paula	Controladoria-Geral da União
Clara Meyer Cabral	Rede Nossa São Paulo
Heloisa Eiko Shiota	Instituto Ethos
Paula Ligia Martins	ARTIGO 19 Brasil
Renata Bertazzi Levy	USP Faculdade de Saúde Pública
Arakin Monteiro	USP - GPOPAI
Pedro Markun	Comunidade Thacker
Carlinhos Cecconi	W3C Brasil
Edson Sales Junior	Tribunal de Contas do Estado de São Paulo
Nitai Silva	Ministério do Planejamento/SLTI
Alvaro Santos Gregório	GATI - Grupo de Apoio Técnico a Inovação da Secretaria de Gestão Pública do Estado de São Paulo
Jorge Kayano	Instituto Pólis
Arthur Serra Massuda	ARTIGO 19 Brasil
Rafael Moreira Claro	USP Faculdade de Saúde Pública
Thiago Rondon	Comunidade Perl
Oripide Cilento Filho	CGI.br
Hesley da Silva Py	IBGE
Raphael Pacheco	Dataprev
Manoela Miklos	Logolink
Gisele S. Craveiro	USP - GPOPAI
José Carlos Vaz	EACH-USP
Hartmut Glaser	CGI.br
Manuella Maia	FGV
Ricardo Matheus	FEA-USP

Anexo 2 – Apresentação Inicial - Dados Abertos Governamentais – Vagner Diniz

Anexo 3 – Apresentação da INDA

Anexo 4 – Apresentação do Comunidade Thacker (Transparência Hacker)

Anexo 5 – Apresentação do OpenDataBr